
**A CONTRIBUIÇÃO DA APAE PARA A CIDADE DE ILHA GRANDE –
PIAUI**

Larisse Cristina Costa da Silva¹, Fernando Sousa da Silva²

Auricélia Veras de Castro³, Maria Durciane Oliveira Brito⁴

Heber Ferreira da Silva⁵, Kátia Maria de Aguiar Freire⁶

Resumo

Diante do contexto da educação especial, este artigo tem como objetivo relatar a importância da APAE para a cidade de Ilha Grande no estado do Piauí, apresentando os deveres e direitos educacionais que ela estabelece para a população, com ênfase nas pessoas que possuem necessidades especiais e que residem neste município. Para isso, fez-se uma observação com intuito de compreender o funcionamento da escola e da clínica da APAE do município citado, além de analisar como é feita a organização e o funcionamento da instituição, mediante a sua importância para as famílias das crianças e jovens que necessitam do atendimento fornecido no local. A metodologia aplicada é de caráter qualitativo e a pesquisa foi realizada por meio de uma visita na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Ilha Grande no estado do Piauí. A obtenção de dados que serviram como base de discussão deste trabalho foi feita por meio de entrevista previamente planejada e aplicada à Coordenadora da APAE e seus fundadores. Percebeu-se que por meio deste instrumento de coleta de dados surgiram-se diversos questionamentos e também foi possível compreender o contexto em que as associações surgiram e como elas contribuem no propósito de ajudar as famílias a incluir seus filhos em sociedade e também nas escolas regulares, garantindo os seus direitos como quaisquer outras pessoas.

Palavras – chave: APAE, Deficiência, Cidade de Ilha Grande.

¹ Graduanda em Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPI – campus Parnaíba. larissycristina789@gmail.com

² Graduando em Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPI – campus Parnaíba. fernandokenay16@gmail.com

³ Graduanda em Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPI – campus Parnaíba. auriceliaveras21@outlook.com

⁴ Mestranda em Ciências da Educação – UTIC- PY; Graduanda em Letras Libras – UNIASSELVI; Graduada em Pedagogia – UFPI; Especialista em LIBRAS – INTA – UFPI, Especialista em Educação em Infantil – ISEPRO; Especialista em Psicopedagogia – (FIAR). durciane@ifpi.edu.br

⁵ Mestrando em Ciências da Educação – UAA - PY; Graduado em História – FID. heber.ferr@hotmail.com

⁶ Mestranda em Ciências da Educação – UTIC- PY; Graduada em Pedagogia com habilitação em biologia (UVA); especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (INTA). katiampfreire@gmail.com

APAE'S CONTRIBUTION TO ILHA GRANDE - PIAUÍ CITY

Abstract

Given the context of special education, this article aims to report the importance of APAE for the city of Ilha Grande in the state of Piauí, presenting the educational duties and rights that it establishes for the population, with emphasis on people with special needs and residing in this municipality. For this, an observation was made in order to understand the functioning of the school and clinic of APAE of the municipality mentioned, and to analyze how the organization and operation of the institution is made, through its importance to the families of children and young people. who need the care provided on site. The applied methodology is qualitative and the research was conducted through a visit to the Association of Parents and Friends of the Exceptional (APAE) of the municipality of Ilha Grande in the state of Piauí. The data that served as the basis for discussion of this work was obtained through a previously planned interview and applied to the APAE Coordinator and its founders. It was noticed that through this data collection instrument several questions arose and it was also possible to understand the context in which the associations emerged and how they contribute in the purpose of helping families to include their children in society and also in regular schools. , guaranteeing your rights like any other people.

Keywords: APAE, Disability, Ilha Grande City.

1. INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade, pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência, fosse esta física, mental ou cognitiva, eram rejeitadas e sofriam preconceitos, muitas vezes até mesmo pela própria família, como consequência disso elas não tinham um lugar perante a sociedade. A palavra “deficiência” era visto como: motivo para rejeição e discriminação. Assim, mediante aos costumes culturais ou religiosos, crianças que nasciam deficientes eram consideradas frutos de pecados.

Ainda hoje o ser humano vive em uma sociedade que em determinadas situações, apresentam-se culturalmente preconceituosa. Quando uma família recebe uma criança deficiente, a estrutura familiar passa por uma grande transformação, visto que os familiares terão que se adaptar e enfrentar algumas dificuldades decorrentes deste fato. Esse choque de realidade pode mudar completamente o comportamento familiar em relação ao filho, variando entre o caráter de proteção excessiva à rejeição total.

Diante disso, muitas associações surgiram com um propósito de ajudar as famílias a incluir seus filhos na sociedade e nas escolas regulares, garantindo seus direitos como qualquer cidadão. No Brasil, existe uma quantidade considerável de Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) que lutam com o propósito de educar, prestar atendimento médico, suprir as necessidades básicas de sobrevivência e buscar seus direitos.

Portanto, uma das associações da qual este trabalho está direcionado é a APAE da Cidade de Ilha Grande do Piauí. A instituição em si, possui uma grande importância para a sociedade local, promovendo atividades de caráter solidário e dando apoio na educação especial de alunos com deficiência, entretanto, devido a algumas dificuldades, esta instituição enfrenta diversos problemas que muitas vezes dificulta a realização de suas atividades.

Neste sentido, o artigo tem como objetivo relatar a importância da APAE para a cidade de Ilha Grande do estado do Piauí, apresentando os deveres e direitos educacionais que ela estabelece para a população com ênfase nas pessoas que possuem necessidades especiais e que residem neste município, além de observar o funcionamento da escola e da clínica existente na instituição, verificando como é feita a organização juntamente ao funcionamento e também a contribuição para as famílias das crianças e jovens que frequentam o local.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA APAE

Segundo Freire et al (2016), a “deficiência” em termos histórico e culturais foi perpetuamente evidente por resistentes sentimentos de desprezo, hostilidade e intolerância. Foi através dessas dificuldades e a falta de assistência do poder político que as famílias começaram a promover manifestações com o propósito de garantir os direitos dos seus filhos, de modo que fossem incluídos igualmente na sociedade. De acordo com Paulino, Araújo e Freire.

[...] A partir dessas circunstâncias emergiram as primeiras entidades de familiares e amigos dos excepcionais, expressando-se preparados em relação a um olhar diferenciado para tais sujeitos. Tendo em vista as privações dos seus constituintes, no que diz respeito inclusão social, tinha um entendimento que para tal coisa devia-se garantir as necessidades básicas de substâncias, a luta por seus direitos, e a promoção de educação e auxílio (FREIRE, et al, p. 02, 2016).

Para que isso fosse possível, os familiares contaram com a ajuda de diversos profissionais, de forma que conseguissem defender a causa, portanto, iniciou-se uma busca de informações e experiências decorrentes de sistemas de outros países surgindo uma base de objetivos que a partir de então muitas famílias tentariam alcançar: a inclusão de pessoas deficiente em sociedade.

Mediante muitas dificuldades, com o passar dos anos, no Brasil, começaram a surgir associações de familiares e amigos, estes demonstraram capacidade de lutar em busca dos direitos de inclusão. De acordo com o site da APAE Brasil, convivendo com um estado desapercibidos das necessidades de seus integrantes, eles tinham a missão de educar, prestar atendimento médico, suprir necessidades básicas de sobrevivência e lutar pelos direitos de igualdade, garantindo assim a inclusão social e o fim do preconceito.

Essa mobilização destinada à pessoas com deficiências foi impulsionada pela Declaração dos direitos humanos, que colaborou na criação das APAES e, com a expansão destas iniciativas no Brasil afora, convencionou-se a trata-la como o “Movimento Apaeano”, de acordo Krebs et al 2005:

[...] O movimento Apaeano representa um ícone na educação especial Brasileira, pelo compromisso assumido na formação dos deficientes mentais, principalmente nos períodos de omissão do poder público, quer por assegurar atualmente 200.000 matrículas nas escolas especializadas da rede privada (KREBS, et al, p.22, 2005).

O movimento Apaeano multiplicou-se por todas as regiões brasileira. A Federação Nacional das Apaes (FENAPAES) de acordo com Silva 2017 surgiu no ano de 1970, sendo a instituição fruto da iniciativa de Helena Antipoff,

caracterizada pela aliança entre o governo e os tecnocratas e pela presidência do país nas mãos do General Médici. Constituída por 24 Federações de APAES de estados, 176 Delegacias Regionais e 2.100 unidades Apaeanas filiadas, proporcionam atendimento integral a mais de 350 mil pessoas com deficiência intelectual e múltipla, corroborando em um grande movimento de inclusão social, assim, Krebs, et al (2005), estabelecem algumas considerações da FENAPAES:

[...] A Federação Nacional das APAES desafia as suas unidades a romperem com o modelo clínico terapêutico que se traduz pela caricatura do aluno “com defeito” ou “com falha”, através da substituição do “aluno deficiente” pelo “ser com diferenças individuais” (KREBS, et al, p. 23, 2005).

Além disso, Segundo Jannuzzi e Caiado (2013), o primeiro estatuto da Federação Nacional das APAES (1963) abordava por meio de orientações que a instituição poderia realizar convênios e parcerias com os setores da rede pública e privada, assim, garantindo um bom funcionamento por meio dessas parcerias e trazendo atendimento de forma mais abrangente ao público da época. Hoje, as APAES ainda possuem orientações desse tipo e muitas dependem de associações e parcerias.

No dia 11 de Dezembro de 1954 na cidade do Rio de Janeiro, nasceu a primeira associação de pais e amigos dos excepcionais (APAE). De acordo com o Art. 3º do estatuto da FENAPAES (1962) o dia 11 de dezembro de 1954 é considerado o dia Nacional das APAES (Lei nº 10.242 19 de junho de 2001). A iniciativa teve como objetivo buscar soluções que possam garantir a inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade, garantindo estatura de cidadão e diminuindo a ideia de preconceitos.

Recentemente, o Plano Nacional de Educação (2014-2024), trata a respeito da capacidade de organização e mobilização do movimento apaeano, isso pode ser visto na proposta do Projeto de Lei nº 8035 de 2010 que estipula: “Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino” (LAPLANE, p.43, 2016). Por meio da lei, muitas mudanças foram notórias no cenário educacional, como o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, ocorrendo obrigatoriamente na rede regular de ensino, garantido pelo sistema educacional inclusivo do país.

2.2. CIDADE DE ILHA GRANDE DO PIAUÍ

A associação de pais e amigos dos excepcionais de Ilha Grande - PI (APAE), foi fundada em assembleia no dia 14 de outubro de 2002 na cidade de Ilha Grande do estado do Piauí, sendo a instituição regularizada pelo estatuto e pelo regimento interno que adota esta adota em sua instituição.

A iniciativa da fundação da associação na cidade de Ilha Grande-PI, foi através da necessidade de seu fundador, na época presidente da associação, visto que ele tinha uma sobrinha com deficiência, motivado por essa causa, começou a buscar informações e pessoas que poderiam ajudar com essa iniciativa e foi através dessa ideia que a APAE do município foi fundada. O local presta serviços até os dias atuais, garantindo atendimento para uma parcela da população que necessita diariamente de acompanhamento mediante às deficiências locomotoras e intelectuais de algumas crianças e jovens da região.

A escola da APAE de Ilha Grande – PI faz parte do município, conseqüentemente, por lei deve receber recurso municipal para ajudar na manutenção diária. A escola recebe o nome de Escola Municipal Maria Alexandra Viana e fica localizada no bairro Cal, estrada para Tatus no antigo mercado, o espaço é uma sede provisória e todo o quadro de funcionários presta serviço voluntário.

A instituição no local é uma sociedade civil, filantrópica, de caráter educacional, cultural, prestando assistência de saúde, de estudo e pesquisa, sem fins lucrativos. Com uma duração indeterminada. (ESTATUTO DA APAE DE ILHA GRANDE DO PIAUÍ, P, 02. 2004).

O Art. 4º do estatuto da APAE de Ilha Grande fala sobre as finalidades da associação de pais e amigos dos excepcionais, e essas finalidades são:

[...] 1 - Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania; 2 - Atuar na definição da política pública da política municipal de atendimento à pessoa portadora de deficiência, em consonância com a política adotada pela federação Nacional das APAES, do estado. Coordenando e fiscalizando sua execução; 3 - Encarregar-se em âmbito municipal, da divulgação de informação sobre assuntos referentes à publicação de trabalhos obras especializadas; 4 - Presta serviços gratuitos, permanentes, e sem qualquer discriminação de cliente na área específica de atendimento, aqueles que deles necessitarem. (ESTATUTO DA APAE DE ILHA GRANDE DO PIAUÍ, p.2, 2004)

Para que aconteça o funcionamento da APAE, é necessário que ela tenha ajuda financeira, diante disso a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais tem sócios voluntários que constantemente auxiliam na manutenção financeira da instituição. Para que ocorra de maneira legal diante a lei, o Art.10º de seu estatuto aborda sobre as obrigações dos associados que são:

[...] Manter padrão de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do movimento Apaeano no município; Pagar as contribuições mensais, exceto os sócios natos ou considerados isentos, de acordo com o fixado pela Diretoria executiva da APAE e prestar todas as informações por ela solicitada; Oferecer oportunidade a que pessoas portadoras de deficiência possam participar de conselhos, Diretorias ou comissões especiais da APAES. (ESTATUTO DA APAE DE ILHA GRANDE DO PIAUÍ, p.10, 2004)

Assim, é possível notar diante do foi abordado o contexto em que a instituição funciona no município de Ilha Grande, visto que a mesma estabelece alguns princípios éticos e também condições de funcionamento que buscam garantir um atendimento qualificados à população que faz uso dos serviços da Associação. Portanto, é possível analisar o quão importante é a APAE para a região, já que esta apresenta um número considerável de pessoas com necessidade especiais e que necessitam de atendimento e acompanhamento profissional, de forma que facilite o desenvolvimento pessoal e inclusivo na sociedade.

3. METODOLOGIA

O tipo de pesquisa utilizada neste trabalho é de caráter qualitativo, uma vez que de acordo com Teres Nunes (2017), a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais e uma abordagem que permite responder algumas questões de forma mais abrangente. Nesse sentido, inicialmente realizou-se uma fundamentação teórica como meio de fundamentar o contexto histórico das APAES e também para a elaboração da entrevista, como instrumento de coleta de dados.

A pesquisa foi realizada na associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), da cidade de Ilha Grande no estado do Piauí, sendo esta aplicada à coordenadora da instituição e para os fundadores que se faziam presente no dia da visita ao local. Para a realização da entrevista foi utilizado recursos auditivos, a entrevista foi gravada e transcrita. Assim, os resultados obtidos através das perguntas e respostas realizadas durante a entrevista serviram de base para a discussão dos resultados deste trabalho

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O método de coleta de dados utilizado durante a pesquisa, no caso a entrevista com a coordenadora da APAE juntamente com os fundadores, permitiu com que fossem esclarecidas algumas questões decorrentes do histórico da instituição, como também a organização e funcionalidade da mesma para com a população da região. Diante disso, as perguntas foram respondidas de forma clara e objetiva, com muitas informações importantes que serviram como base de estudo e análise das reais condições da Associação no município de Ilha Grande do Piauí.

A primeira pergunta realizada para os entrevistados foi: **como surgiu e como era o funcionamento da APAE de ilha grande?**

Entrevistado A: *A APAE de Ilha Grande, foi fundada em outubro de 2002, tem 17 anos. Inicialmente, funcionou somente a parte pedagógica, isso até o ano de 2018. A partir disso nós montamos a clínica e também possuímos a escola que funciona no bairro Cal, por meio de uma sede provisória, sendo esta em um antigo mercado que foi adaptado para funcionamento da APAE, infelizmente o local possui a estrutura que uma APAE necessita para o pleno funcionamento. Estamos aguardando a construção da nossa sede, porque já conseguimos o território para a construção, faltando apenas a documentação do local que já está no nome da APAE, a partir daí poderemos começar a construir a Associação. A clínica funciona nesse prédio alugado e no quadro de profissionais temos hoje dois psicólogos e dois fisioterapeutas, todos os equipamentos da clínica recebemos de doação. Trabalhamos na escola atendendo um público com quantidade em torno de 50 alunos, mediados por 4 professores cedidos pelo Estado. Estamos aguardando o convênio com o ministério da saúde, os professores que hoje trabalham aqui são todos voluntários.*

Diante da fala dos entrevistados, verifica-se que a instituição faz uso de muitos voluntários no local, já que não possui condições de arcar com a contratação de serviço de tantos profissionais, estes são de extrema importância no atendimento de pessoas que necessitam de acompanhamento em prol de alguma deficiência. De acordo com Marques, (2016) na prática o serviço de voluntário representa oferecer, espontaneamente, o seu melhor para colaborar com a melhoria continuada do outro. Isto é altamente positivo, pois quando nos abrimos a esta possibilidade e, doamos o nosso tempo, além de evoluir como seres humanos também ajudamos a construir um mundo melhor.

Ser voluntário não é uma tarefa fácil, pois requer dedicação, amor e gosto de ajudar sem receber algo em troca, além da necessidade de se disponibilizar uma parte de tempo que será voltado para ajudar uma pessoa ou uma instituição que esteja necessitando de auxílio. O serviço prestado pelos voluntários colabora na contribuição de conhecimento das áreas específicas de suas profissões, sendo

de grande valia, visto que não são serviços excepcionalmente de baixo valor na sociedade. Assim, percebeu-se que a APAE de Ilha Grande recebe apoio desses profissionais e que por meio dessa colaboração, apesar de grandes dificuldades, o local consegue prestar atendimento nessas áreas, mas com muitas limitações.

Entrevistado B: *A ideia para fundação surgiu da dificuldade apresentada pela sobrinha de (Jorge Meneses), ela é deficiente, e na época comoveu o fundador que após fundação tornou-se o primeiro presidente da APAE de Ilha Grande do Piauí.*

Nota-se que a ideia para a fundação de uma instituição voltada ao atendimento de pessoas com necessidades especiais surgiu mediante à uma experiência de vida do fundador, sua sobrinha tinha necessidades no processo de inclusão e por meio disso contribuiu para o amadurecimento da ideia de fundação de um local que pudesse promover atividades que auxiliassem na evolução pessoal de pessoas que apresentam necessidades especiais, além de contribuir para o atendimento e acompanhamento por profissionais. Esta visão era voltada à parcela mais carente da população, que não conseguia arcar com as despesas de atendimento em outras redes de auxílio privado.

A segunda pergunta da entrevista foi: **Qual a importância da APAE da Cidade de Ilha Grande do Piauí?**

Entrevistado A: *A Importância da APAE de Ilha Grande-PI está pautada na ideia de que ao longo dos anos essa instituição tem melhorado de forma significativa na qualidade de vida de algumas pessoas com deficiência da comunidade. Nisso, a APAE pode melhorar a qualidade da vida e ajudar também no desenvolvimento de alguns diagnósticos. Quando comecei a trabalhar na APAE em agosto de 2014 muitas pessoas com necessidades especiais não tinham o diagnóstico fechado, este era apenas avaliado diante da consulta com um clínico geral do posto municipal, o clínico tinha apenas especialidade na área da psiquiatria e as medicações eram tradicionais aos que um psiquiatra receita. Com a parceria (convênio), com uma fundação da Holanda a Liliane Fondes, nós*

começamos a receber para pagar consultas e exames com o neurologista, levamos todos os deficientes e muitos foram diagnosticados com médicos da área de atendimento específico e medicação completa. Assim, muitos dos deficientes hoje recebem benefício.

Durante a entrevista pode-se observar a real importância da APAE para a vida de muitas pessoas da região. A Associação presta assistência somente para pessoas com deficiência, a assistência familiar é importante e por conta disso a instituição também apoia principalmente as mães, já que elas sofrem bastante em algumas situações.

Entrevistado A: *O papel da APAE é lutar pelos direitos das pessoas com deficiência e também prestar apoio para as famílias destas que frequentam o local.*

Ao longo da entrevista também foi relatado que a APAE não tem um transporte próprio para levar seus alunos até a escola, por conta disso alguns vão de transporte próprio e outros utilizam os escolares públicos e ônibus de linha. Relatou-se também que quando os alunos entram no período de férias, demonstram ansiedade e nervosismo, questionando sobre o início das aulas, por conta disso, todos entendem que a APAE é um “mundo” para eles, um local onde podem se sentir bem e serem bem recebidos e tratados.

5. CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados, as iniciativas das famílias que contribuem para o pleno funcionamento da APAE na região tem sido de extrema importância para surgimento de instituições que forneçam acompanhamento médico adequado, motivação da inclusão, tratamentos para o desenvolvimento digno de pessoas que possuem deficiências físicas e também intelectuais, além de combater o preconceito e gerar o direito de igualdade na região, por meio da educação para todos e projetos que promovem a discussão sobre o combate ao preconceito na sociedade.

Diante disto, nota-se a importância das APAES de forma geral e a APAE da Cidade de Ilha Grande do Piauí, que ao longo de sua existência tem garantido muitas gratificantes e indispensáveis, entretanto, as condições em que ela se encontra atualmente é de extrema dificuldade em alguns setores, o que pode prejudicar a sua assistência na comunidade e conseqüentemente afetar muitas famílias da região. Assim, acredita-se que o poder de investimento público e voluntário é de grande importância, pois a assistência prestada faz com que os deficientes físicos e intelectuais possam se sentir incluídos e com isso favorecer a sua concepção de cidadão com direitos iguais.

REFERÊNCIAS

ESTATUTO DA APAE DE ILHA GRANDE-PI. Piauí, 2004.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **Estatuto da Federação Nacional das APAES**. São Paulo, 1962.

FREIRE, A. B. P. et al. **Percepção de alunas de psicologia à atuação do psicólogo na apae: discursões e desafios**. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA7_I_D10588_15082016154042.pdf> Acesso em: 19 jun. 2019.

MARQUES, J. R. **A Importância do trabalho voluntário**. 2016. Disponível em: <www.jrmcoaching.com.br> Acesso em: 20 jun. de 2019.

JANNUAZZI, G. M., CAIADO, K.R.M. **APAE: 1954 a 2011, algumas reflexões**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

KREBS, R. J. et al. **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais**. Editora UFSM, 2005.

LAPLANE, A. L. F. et al. As relações público-privado na educação especial: tendências atuais no Brasil. **Revista Teias**, v. 17, n. 46, p. 40-55, 2016.

SILVA, J. H. et al. Produção do conhecimento sobre as instituições especializadas para a pessoa com deficiência intelectual (1996-2015). **Perspectiva**, v. 35, n. 3, p. 859-886, 2017.